

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ACADEMIA
ANA CAROLINA GONÇALVES LIMA FELIZARDO**

**UM OLHAR PELA INCLUSÃO:
A EXPERIÊNCIA DE JORNALISTAS COM DEFICIÊNCIA**

Juiz de Fora
2020

ANA CAROLINA GONÇALVES LIMA FELIZARDO

**UM OLHAR PELA INCLUSÃO:
A EXPERIÊNCIA DE JORNALISTAS COM DEFICIÊNCIA**

Memorial Descritivo referente ao Projeto Experimental, apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Academia de Juiz de Fora, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kelly Scoralick

Juiz de Fora
2020

FELIZARDO, Ana Carolina Gonçalves Lima. Um olhar pela Inclusão: a experiência de jornalistas com deficiência. Memorial descritivo referente do Projeto Experimental referente ao Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial à conclusão do curso Graduação em jornalismo do Centro Universitário Academia, realizada no 1º semestre de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Kelly Scoralick
Orientadora

Prof.^a M.^a Gilze Freitas Bara
Membro convidado 1

Prof.^a M.^a Renata Venise Vargas Pereira
Membro convidado 2

Examinado(a) em: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter sido uma esperança na minha vida;

À minha mãe, Maria Hélia Gonçalves Lima, que sempre lutou para que eu tivesse os estudos que ela não pôde ter;

À meu pai, Aloísio Soares Felisardo que mesmo não estando entre nós fisicamente, esteve presente em meus pensamentos;

Aos meus padrinhos, Ana Maria Dias de Oliveira, Márcio Luiz de Oliveira, Tatiana Dias Diniz Oliveira e Juliano Niero Moreno, que contribuíram intensamente no meu crescimento e aprendizado;

Ao meu namorado, Paulo Raimundo dos Santos Sampaio, compreensivo e solícito todas as vezes que precisei ceder o tempo para me dedicar a este trabalho;

À minha querida orientadora e professora, Kelly Scoralick, que por tanto se dedicou juntamente comigo;

À minha amiga, Mayara Mello, que me ajudou com a tradução para o inglês do resumo desta pesquisa.

E aos meus amigos e professores que não entraram neste agradecimento, mas sempre estiveram dispostos a contribuírem para eu me tornar uma pessoa melhor.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	OBJETIVOS	8
2.1	OBJETIVO GERAL	8
2.2	OBJETIVOS EXPECÍFICOS.....	8
3	JUSTIFICATIVA	9
4	METODOLOGIA	9
5	PÚBLICO-ALVO	11
6	IDENTIDADE, REPRESENTAÇÃO E O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	11
7	FICHA TÉCNICA	17
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
	REFERÊNCIAS	19
	APÊNDICE	



Um olhar pela Inclusão: a experiência de jornalistas com deficiência¹

Ana Carolina Gonçalves Lima FELIZARDO²

Centro Universitário Academia, Juiz de Fora, MG

Kelly SCORALICK³

Centro Universitário Academia, Juiz de Fora, MG

RESUMO

Através do debate com jornalistas com deficiência, o objetivo desta pesquisa é perceber como vem sendo feita a representação das pessoas com deficiência no jornalismo e compreender se há inclusão desses profissionais nas redações e empresas que contam com setores jornalísticos. Foram realizadas entrevistas com jornalistas com deficiência de Juiz de Fora (MG), compartilhadas por meio de três episódios de podcast. Os resultados apontaram que as empresas não estão preparadas para receber esses profissionais; em alguns momentos, esses jornalistas enfrentaram preconceito por serem considerados incapazes para exercer a função; cada vez mais há pautas sobre deficiência sendo debatidas, porém, a representação dada às essas pessoas nem sempre retrata a realidade.

Palavras-Chave: Pessoa com deficiência. Jornalistas com deficiência. Representação. Inclusão. Podcast.

1 INTRODUÇÃO

Estima-se que 10% da população mundial têm algum tipo de deficiência, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). No Brasil, de acordo com o Censo 2010⁴, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,9% da população têm alguma deficiência - seja física, mental, auditiva ou visual - totalizando quase 45 milhões de pessoas. Somente na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, segundo o Censo 2010, 107 mil pessoas têm algum tipo de deficiência.

Esses dados mostram que o número de pessoas com deficiência é grande, e, ainda assim, essas pessoas são excluídas da sociedade no que se refere aos seus direitos, à informação, inclusive; à inclusão em todas as áreas; à acessibilidade e

¹ Memorial descritivo do Projeto Experimental referente ao Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Academia, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Jornalismo.

² Graduanda do curso Jornalismo pelo Centro Universitário Academia.

³ Professora do curso de Jornalismo do Centro Universitário Academia.

⁴ Disponível em www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques. Acesso em: 20 maio 2020.

também ao ocuparem seus postos de trabalho, seja por falta de estrutura ou treinamento para serem recebidos nas empresas.

Assim sendo, podemos observar a importância de abrir espaço para que pessoas com deficiência possam ter representatividade em todos os setores e possam, então, serem incluídas de fato. Essa inclusão pode ser através de estrutura adaptadas para realidade de pessoas com deficiência, e mais especificamente - e o que nos interessa para discussão nesta pesquisa - abrindo espaço para que jornalistas com deficiência sejam incluídos em seus postos de trabalho, sem discriminação, e sejam retratados nas reportagens como pessoa e profissionais que são independentemente de suas deficiências. Entendemos a mídia como um espaço democrático, fonte de informações e, conseqüentemente, formador de opinião, além de espaço possível para dar voz às minorias. O Minimanual de Jornalismo Humanizado, produzido pela ONG Think Olga⁵ (2016, p.7), afirma que “comunicar é também representar as pessoas da maneira como elas desejam ser representadas sócio e historicamente, é expressar a defesa dos direitos humanos usando o código de maneira adequada”.

O Minimanual de Jornalismo Humanizado (2016, p.23) completa ainda que “a função do jornalismo deve ser informar, não causar pânico nem piedade. Nem criar heróis ou super superadores.”, principalmente em relação às pessoas com deficiência. Assim, buscamos trazer a desconstrução de alguns termos usados pelo jornalismo em relação à temática deficiência. Conforme o Manual Mídia e Deficiência, produzido por Veet Vivarta (2003, p.40) o uso de termos pejorativos como aleijado, deformado, coxo, portador de deficiência, pessoa com necessidade especial não devem ser usados uma vez que menosprezam, reforçam o preconceito, categorizam grupos minoritários, retiram a capacidade de pessoas com deficiência e os colocam numa posição de menos humanos, ou numa posição de coitados, ou de superação. Usaremos, portanto, neste trabalho repetidamente o termo pessoa com deficiência por ser considerado o mais correto.

Pessoas com deficiência vêm argumentando que elas não portam uma deficiência como portamos um sapato ou uma bolsa. Já a palavra “deficiente” tem a desvantagem de tomar a parte pelo todo, sugerindo que a pessoa inteira é deficiente. É preferível a expressão “pessoa com

⁵ Disponível em thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_II_Pessoas_com_Deficiencia.pdf. Acesso em: 13 de fev. 2020.

deficiência”, que reconhece a condição de determinado indivíduo, sem desqualificá-lo. Mas, atenção: a pessoa com deficiência é designada como ‘pessoa portadora de deficiência’ na Constituição Brasileira, portanto, em um contexto jurídico, não escapamos da expressão consagrada nas leis. (VIVARTA, 2003, p. 38)

Ao nos questionarmos como vem sendo feita a representação das pessoas com deficiência no jornalismo e se os jornalistas com deficiência têm espaço no mercado de trabalho, a nossa hipótese é que as pautas sobre pessoas com deficiência vêm com o passar do tempo ganhando espaço no jornalismo, mas os jornalistas com deficiência ainda são vistos com certo zelo, com uma percepção de pouca capacidade para realizar as atividades do trabalho ou até mesmo com distanciamento nas redações e empresas que contam com setores jornalísticos.

Nosso projeto de pesquisa - aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora CES/JF⁶, sob o parecer nº 4.004.423 -, suscita esse debate através de três episódios de podcasts, com a participação de jornalistas com deficiência, demonstrando como eles se sentem em relação à inclusão quanto ao espaço de trabalho para que exerçam suas funções de forma plena, quanto às questões sociais, culturais, educacionais, e também na questão atitudinal, que é a forma de tratamento dada por cada pessoa, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Alex Primo (2005, p.6) afirma que o podcast tem grande potencial para divulgar conteúdos, não somente sonoros. Porém, pontua que esse formato somente é disponível para pessoas que tenham acesso à internet. “Em outras palavras, trata-se de uma nova forma de produção e escuta de informações sonoras e da abertura de espaços de debate apenas para aqueles que possuem acesso ao ciberespaço”.

Portanto, entendemos que o formato se enquadra como uma excelente ferramenta e com grande potencial para disseminar informações e ampliar o debate sobre a temática de forma acessível e inclusiva.

2 OBJETIVOS

⁶ Como o Parecer Consubstanciado do projeto na Plataforma Brasil consta a instituição proponente como Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF), o nome foi mantido aqui. Somente após a emissão do parecer que a instituição é reconhecida como Centro Universitário e passa a se chamar Academia.

Os seguintes objetivos guiarão o processo de pesquisa e a estipulação das metas a serem cumpridas ao longo do trabalho.

2.1 OBJETIVOS GERAIS

Através do debate com jornalistas com deficiência por meio de podcast, perceber como vem sendo feita a representação das pessoas com deficiência no jornalismo e compreender se há inclusão desses profissionais nas redações e empresas que contam com setores jornalísticos. Por fim, apresentar a importância de falar sobre a temática deficiência, demonstrar como esses jornalistas se sentem e divulgar para os demais jornalistas e a sociedade a importância de olhar para esse outro com deficiência.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir as discussões para cada episódio de podcast, entre elas, a presença de jornalista com deficiência nas redações, o jornalista com deficiência como fonte de reportagem em outros ambientes de trabalho, pautas com a temática da deficiência, entre outras;
- Escolher os profissionais com deficiência para cada episódio;
- Gravar e editar os podcasts;
- Publicar os podcasts em um blog específico para o projeto de pesquisa, contextualizando a importância da discussão sobre jornalistas com deficiência nas redações e outros ambientes de trabalho;
- Apresentar como jornalistas com deficiência se sentem ao verem a abordagem da temática, pessoa com deficiência, na mídia, além de divulgar a importância de incluir pessoas com deficiência nas pautas jornalísticas.

3 JUSTIFICATIVA

A temática escolhida para a pesquisa tem como proximidade a empatia entre a graduanda e o desejo em ver o outro com as mesmas condições de vida e trabalho que qualquer outra pessoa. Uma vez que, aproximadamente 24% da população brasileira tem alguma deficiência, e em Juiz de Fora (MG), onde a pesquisadora

mora, há 18,8% da população com deficiência, percebemos que essas pessoas são impossibilitadas de realizar as atividades pela falta de estrutura - arquitetônica e adaptada - nos espaços de trabalho, e também pelo preconceito social, sendo categorizados como uma minoria, vivenciando uma série de barreiras impostas pela sociedade.

Para o jornalismo e o campo científico, espaços que entendemos que são onde as discussões devem acontecer, este estudo permite o debate sobre um tema ainda pouco falado, envolto de desconhecimento e, conseqüentemente, em que se reforça o preconceito.

Portanto, essas discussões devem chegar da forma clara, simples, objetiva e concisa, porém sendo tratadas pontualmente, para que, então, a sociedade possa compreender o valor da inclusão de pessoas com deficiência. Através do debate jornalístico pelo podcast levamos a importância de olhar para outro com deficiência, de forma a repensar estigmas e preconceitos.

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa é descritiva de abordagem qualitativa, com técnica de entrevista com jornalistas com deficiência, e interpretativa, analisando o debate apresentado durante a gravação dos três episódios do podcast.

Segundo o site Bengala Legal⁷ nenhum resultado a respeito das pessoas com deficiência haverá de ser gerado sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência. Por isso a escolha pelo debate especificamente com um profissional com deficiência da área do jornalismo e é isso o que vai nos permitir identificar se há um processo de inclusão nas redações e empresas que contam com setores jornalísticos.

Segundo levantamento prévio para essa pesquisa, em Juiz de Fora há cinco jornalistas com alguma deficiência. São eles: Bruno Ribeiro, repórter no site Globo Esporte; Franco Groia, cineasta; Rosani Martins, funcionária pública no setor de captação do Hemominas Juiz de Fora; Thaís Altomar, gerente do departamento de Defesa de Direitos da Prefeitura de Juiz de Fora; e Nayara Carvalho, diretora/assessora na TA Comunicação & Acessibilidade.

⁷ Disponível em www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos. Acesso em: 30 de abr. 2020.

Em um primeiro momento, definimos os entrevistados de cada podcast, sendo eles: Bruno Ribeiro; Rosani Martins; e Thais Altomar. A escolha foi baseada principalmente no tempo de experiência e pelas diferentes funções exercidas pelos jornalistas.

Primeiramente definimos as perguntas que os entrevistados seriam submetidos, destacando questões específicas para cada um de acordo com a função exercida, e gerais como, por exemplo, como foi ao iniciar na escola, faculdade e na vida profissional; se no local de trabalho há acessibilidade; se esses próprios profissionais se sentem incluídos e representados na mídia. Em seguida, através de conversas preliminares com os participantes para obter informações pessoais, os podcasts foram roteirizados. Para conhecimento nesta pesquisa, Bruno é um jovem com deficiência visual, com baixa visão; Rosani é uma adulta cega; e Thais, uma adulta que usa cadeira de rodas. Como no momento de realização deste estudo estávamos em isolamento social, implantado para controlar a epidemia provocada pelo coronavírus (COVID-19), a gravação das entrevistas para o podcast, que seria feita inicialmente no laboratório de rádio do campus Arnaldo Janssen do Centro Universitário Academia, precisou ser realizada à distância. Entendendo as limitações de cada um dos convidados para a gravação das entrevistas, estabelecemos o uso de aplicativos como Skype, com a Thais Altomar e Bruno Ribeiro, e a ligação via telefone, com Rosani Martins, pelas limitações tecnológicas encontradas e por ela não ter acesso à internet. Por esse motivo, já justificamos uma pequena diferença na qualidade do áudio entre os episódios.

Após as gravações, definimos a vinheta do programa e demos início à edição dos arquivos de áudio para deixá-los no formato podcast. A edição foi feita no computador da pesquisadora, através do programa Audacity. Posteriormente, foi realizada a transcrição do áudio, através do programa que converte voz em texto do Google, a fim de disponibilizarmos o conteúdo em blog próprio - <https://umolharpelainclusao.wordpress.com/>, na plataforma gratuita do Wordpress, de forma acessível também para pessoas surdas e ensurdecidas. Os episódios do podcast, por sua vez, foram armazenados pelo SoundCloud e ainda compartilhados neste blog.

Finalizamos a pesquisa com a interpretação dos dados através das informações encontradas nas entrevistas.

5 PÚBLICO-ALVO

O público que o trabalho pretende atingir são todas as pessoas da sociedade, principalmente, pessoas com deficiência, que estejam engajados no assunto e façam parte do debate, para de fato, serem retiradas de grupos intitulados inferiores ou minoritários. Jornalistas, desde redatores a repórteres, por estes poderem abrir espaço para pessoas com deficiência, de forma a agregar informações sobre os mais diversos assuntos, não somente com discussões em datas especiais; para que ao incluírem a temática em materiais jornalísticos contribuam para olhares menos preconceituosos; Repórteres, para que possam inserir pessoas com deficiência como personagens e trabalhar o texto pensando no uso ideal de nomenclaturas e não cometer erros que levem ao preconceito. Cinegrafistas e fotógrafos, fazendo imagens que priorizem realmente a notícia e a informação, sem detalhar ângulos que tomem as pessoas com deficiência tidas como coitados ou incapazes. Publicitários, que podem fazer peças mais representativas pensando na inclusão, ao invés de impulsionar grupos considerados padrões e estigmatizar as minorias. A comunidade acadêmica como um todo, alunos, professores e diretores, a fim de se envolverem com mais pesquisas nesta área. E todo e qualquer cidadão consciente dos direitos de todos e que se interesse pelo assunto para que possa se informar através desta pesquisa e, assim, contribuir para uma sociedade mais inclusiva e acessível.

6 IDENTIDADE, REPRESENTAÇÃO E O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Até meados do século XVIII, pessoas com deficiência foram consideradas anormais, estranhas e incompetentes. De acordo com Nadir Harguiara Cervellini (2003) classificações estas que retiravam os direitos humanos fundamentais dessas pessoas como casar, ter filhos, herdar propriedades, receber instruções, além de sofrerem de diversas maneiras, como serem tratadas como animais, escondidas pela própria família, internadas em manicômios, literalmente esquecidas e muitas vezes submetidas a esconder sua deficiência. Algumas mudanças já foram observadas no mundo de hoje, mesmo assim, alguns estigmas permanecem.

Ainda para Cervellini (2003) permitir que a pessoa com deficiência fique na condição de inferior ou marginalizada é representar de forma estigmatizada o outro, contribuindo para que haja a exclusão dessas pessoas.

O estigmatizado é visto como alguém que não é 'completamente humano'. Em face disso, ele é então, discriminado. Não se vêem suas possibilidades de ser-no-mundo, de estar em relação e de ser livre. Ele não é visto com respeito, nem com consideração (CERVellini, 2003, p.60).

Essas pessoas com deficiência ao serem privadas dos direitos humanos, além da liberdade de expressão, dos direitos de ir e vir, direitos a uma educação, ficam à mercê de uma sociedade impositiva, a qual usa a categorização de grupos minoritários como parâmetro para determinar e diferenciar classes subalternas das classes dominantes, segundo Luciana Marques e Carlos Alberto Marques (2008). Essa classificação de grupos coloca ainda pessoas com deficiência como incapazes e aumenta o preconceito.

Ao colocar as pessoas com deficiência numa condição de inferioridade corpórea e de incapacidade produtiva, a sociedade gera uma estratificação, com limites muito claros quanto à possibilidade de realização pessoal, profissional e afetiva de seus membros (MARQUES, MARQUES, 2008, p.11).

Seres humanos são caracterizados por viverem em grupos, como aponta Bauman (2005). Esses grupos para se formarem dependem de semelhanças, seja na personalidade, nos gostos, nos desejos e ou na área de trabalho que as pessoas atuam. Entretanto, pessoas com deficiência tentam se incluir nesses meios sociais, porém, como afirma Veet Vivarta (2003, p.23-25), essa aproximação muitas vezes não acontece pelas barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, metodológicas, pedagógicas, instrumentais e atitudinais que inviabilizam tal inserção. Cervellini confirma tal situação.

Ao mesmo tempo que a sociedade se propõe a integrar os estigmatizados no seu seio, ela cria artimanhas para afastá-los e evitá-los, já que seus atributos depreciativos ou a falta de atributos desejáveis a incomodam, criam aversão, lhe causam dor (CERVellini, 2003, p.61).

Buscando superar essa exclusão social e permitir a participação a todos os indivíduos na sociedade foi criada a Política de Integração, que foi implantada até meados da década de 1980. Vivarta (2003) menciona que na fase de Integração as

pessoas com deficiência eram obrigadas a se adaptarem aos meios, sem que houvesse um pensamento estratégico nas barreiras arquitetônicas existentes nem nas nomenclaturas, que reforçam o preconceito e o individualismo de cada pessoa.

A Política da Inclusão⁸ foi implantada anos após e é exatamente o contrário da anterior. Essa política abre espaço para discutir melhorias, não somente para pessoas com deficiência, mas para todos viverem em condições mínimas e adaptadas às suas realidades. Pessoas com deficiências passam a ocupar cargos e locais de trabalho adaptados, escola com profissionais preparados para o ensino a essas pessoas e muitas outras melhorias (VIVARTA, 2003).

Kelly Scoralick (2011, p.57) argumenta a favor da inclusão das minorias quando reforça que “o processo de inclusão defende uma sociedade mais justa, livre de práticas discriminatórias e segregacionistas. Trata-se de um novo olhar, de uma outra forma de interação, da qual, por princípio, ninguém deve ser excluído.”

Nenhum outro deve ser excluído, todas as identidades devem ser respeitadas. A identidade é vista como segurança, bem-estar social, lealdade e pertencimento, para as pessoas. Zygmunt Bauman (2005, p.37) reforça que “‘identificar-se com...’ significa dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode influenciar, muito menos controlar.”

Os autores Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall e Kathryn Woodward (2000, p.39-50) definem que a identidade é marcada pela diferença. A diferença é marcada pelo processo de projetar no outro, que ele cumpra com as expectativas que um grupo determina. Afirmam ainda que essa diferença também é marcada pelas oposições e relações de dominação como rico/pobre, homem/mulher, heterossexual/homossexual, branco/preto, normal/anormal, essa analogia de sempre existir um oposto, que pode ser visto como negativo, contribui para segregação e inferiorização de grupos minoritários, incluindo de pessoas com deficiência.

A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir (SILVA, *et al*, 2000, p.91).

⁸ Política proposta após a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) assinar a resolução nº48/06, em 20 de dezembro de 1993.

Cervellini (2003) aponta que a representação é criada com base no conhecimento adquirido ao longo da vida pelo indivíduo. Essa representação, em alguns momentos negativa, estereotipada, estigmatizada, pode ser modificada e reestruturada.

A construção do conhecimento, pelo indivíduo, deve ser abordada como processo, e não apenas conteúdo. As representações são produzidas dinamicamente no aqui-e-agora, mas também produtos de processos históricos. Constituem conhecimentos que têm por objetivo orientar e situar o homem no seu meio e definir sua identidade (CERVellini, 2003, p.43-44).

Ao verificar a representação das pessoas com deficiência na mídia observa-se falta de espaço nos veículos de comunicação para tratar sobre a temática pessoas com deficiência, inclusive com poucos entrevistados com deficiência em reportagens, como fontes oficiais, por exemplo.

Ambos os fatores contribuem de forma marcante para impulsionar a engrenagem da exclusão que cerca as pessoas com deficiência, a fim de trazermos não um benefício para aquela pessoa, mas para exercermos e conquistarmos o que são direitos e deveres civis de todos (VIVARTA, 2003, p.7).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência, nº13.146, de 6 de julho de 2015⁹, é a mais recente medida do Congresso Nacional com objetivo de romper com a exclusão de pessoas com deficiência. Essa lei assegura à pessoa com deficiência a efetivação dos direitos, entre eles, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à cultura, à informação, à comunicação, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros.

Mesmo com a criação da LBI, elaborada para garantir a inclusão de todos, percebemos que ainda há barreiras que demonstram a falta de políticas públicas que sejam capazes de afastar o preconceito e qualquer forma de segregação, como por exemplo, o exercício do trabalho com dignidade e por competência realizado por pessoas com deficiência. Em relação aos direitos à comunicação, o jornalismo é um instrumento que possibilita o acesso a inclusão, uma vez que “os jornais desempenham a função de mediadores e os jornalistas, individualmente, de representantes do leitor, telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos.” (GENTILLI, 1995, p.173-174).

⁹ Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 5 de mar. 2020

Por contar as notícias através de uma narrativa, o jornalismo é reconhecido por Nelson Traquina (2005, p.21) como “um conjunto de ‘estórias’, ‘estórias’ da vida, ‘estórias’ das estrelas, de triunfo e tragédia.” Ele completa que o jornalista é o contador dessas estórias.

O jornalismo, devido à sua ‘autonomia relativa’, tem ‘poder’, e, por consequência os seus profissionais têm poder. Os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade (TRAQUINA, 2005, p.26).

Para Gentilli (1995, p.16; 175-176) o jornalista desempenha função de ser juiz, mediador e representante, pois ele possibilita a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos, além de surgir como expressão do direito civil à liberdade de expressão. O jornalista se enquadra neste perfil de ser juiz quando necessita desmembrar uma informação para que ela chegue de forma clara, objetiva e concisa ao receptor, seja ele próprio exercendo pré-escolhas, como fontes, personagens, pré-opções, como angulações, temáticas, pré-filtragem, palavras que irão compor o texto, e ou seu pré-julgamento, para retirada do que considerar desnecessário ou de acordo com suas convicções.

Traquina (2005, p.31) vai ao encontro com a ideia de o jornalista ser uma figura importante quando afirma que “o jornalismo é uma profissão de enorme responsabilidade social, exigente, difícil e, em última análise, perigosa, em que os jornalistas enfrentam decisões difíceis sobre intensas pressões.”

Ao afirmar as funções do jornalismo e do jornalista, Gentilli exalta algumas características marcantes da imprensa, como por exemplo, ser um importante meio para formação de uma sociedade democrática.

Um cidadão oprimido só tem um meio de se defender; é dirigir-se à nação por inteiro, e, se ela lhe é surda, ao gênero humano; só há um meio de fazê-lo: a imprensa. Assim, a liberdade de imprensa é infinitamente mais preciosa entre as nações democráticas que entre todas as demais. [...] A igualdade isola e enfraquece os homens, mas a imprensa põe ao lado de cada um deles uma arma muito poderosa, da qual pode fazer uso o mais fraco e o mais isolado. A igualdade tira a cada indivíduo o apoio de seus próximos, mas a imprensa permite-lhe chamar em seu socorro todos os seus concidadãos e todos os seus semelhantes. (GENTILLI, 1995, p.41)

Seguindo a linha de pensamento, Marques de Melo, *et al* (2006) argumenta a favor da inclusão das minorias na mídia, que também abrange pessoas com

deficiência, por este ser considerado um espaço democrático, e ser capaz de contribuir para quebra de estereótipos e pré-conceitos, além de contribuir para o conhecimento.

As empresas de mídia devem ampliar sua participação social, através de conteúdos dentro dos princípios da mídia cidadã; valorizar e qualificar seus profissionais nos princípios de responsabilidade social; inserir conteúdos locais/regionais, respeitando e garantindo a diversidade cultural; estimular a presença de minorias e difundir os direitos humanos nos conteúdos midiáticos (MARQUES DE MELO, *et al.*, 2006, p. 31).

Percebemos, assim, a importância das empresas de mídia em auxiliar na inclusão de pessoas com deficiência, seja empregando jornalistas e profissionais com deficiência, seja incorporando aos seus conteúdos o tema pessoa com deficiência, sempre que possível, nas mais variadas pautas.

Portanto, levar ao público a importância de se falar sobre pessoas com deficiência, inclusão e direitos é de grande relevância, visto que, a discussão pode ser ampliada além dos espaços físicos e tradicionais como o impresso, o rádio e a televisão, para serem inseridos nas plataformas online e as que venham surgir.

Para nossa discussão, o podcast foi o formato, em áudio, escolhido.

O conceito de podcasting pode ser compreendido como todo o processo de produção de material digital (áudio, vídeo, texto ou imagem), de sua publicação e distribuição na internet, com possível download para os inscritos (PAZ, 2007, p.9).

O formato possibilita a criação e expansão do conteúdo por ser um formato que pode ser consumido sob demanda e em diversas localidades, conforme Débora Cristina Lopez (2000). Por sua vez, Primo (2005) esclarece que podcast não é rádio, embora tome emprestado várias de suas características. Menciona que diferente da produção em radiodifusão, o podcast pode ser produzido por uma única pessoa. De acordo com Souza *et al.* (2020), estudos recentes demonstram que ainda não há um conceito consolidado para definir as narrativas e os elementos que compõem o podcast, especialmente no Brasil. Em relação à produção do podcast estão envolvidas as atividades de gravação, edição, registro e distribuição.

Ainda que alguns podcasts possam ser produzidos ao vivo (em eventos, por exemplo) ou estar atrelados à programação de uma emissora de rádio, de modo geral, após esta transmissão “em tempo real”, o conteúdo é disponibilizado em ambiente virtual, para consumo posterior, de acordo com o tempo e o interesse do ouvinte. (SOUZA *et al.*, 2020, p. 85).

Em nossa pesquisa, a proposta é de produção de podcast de forma específica para consumo virtual.

7 FICHA TÉCNICA

Supervisão: Kelly Scoralick

Roteiro: Ana Carolina Felizardo

Produção: Ana Carolina Felizardo

Edição: Ana Carolina Felizardo

Convidados: Bruno Ribeiro, Thais Altomar e Rosani Martins

Locução/Apresentação: Ana Carolina Felizardo

Formato: mp3.

Tempo dos áudios: Episódio 01 – 17’28”, Episódio 02 – 15’19”, Episódio 03 – 16’06”

Trilha sonora para assinatura da vinheta do Podcast: Hulu Ukelele
<https://www.youtube.com/audiolibrary/music?feature=blog&nv=1>

Trilha sonora utilizada como fundo musical do podcast: How it Began
<https://www.youtube.com/audiolibrary/music?feature=blog&nv=1>

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas realizadas para o podcast reforçaram a importância de olhar para esse outro com deficiência. Através dos episódios tivemos uma amostra de como esses jornalistas com deficiência se sentem nos ambientes que frequentam, desde a escola, passando pela faculdade até chegar ao mercado de trabalho.

A partir dos resultados alcançados com as entrevistadas os objetivos desta pesquisa, que eram perceber como vem sendo feita a representação das pessoas com deficiência no jornalismo e compreender se há inclusão desses profissionais nas redações e empresas que contam com setores jornalísticos, foram alcançados.

Sobre a presença no mercado de trabalho, Rosani Martins afirmou que houve momentos em que ela foi desacreditada para exercer determinada função devido a sua deficiência e conclui que pessoas com deficiência devem ter mais espaços de trabalho, inclusive no jornalismo. “Eu acho que podia ter mais espaço no mercado para pessoas com deficiência. Eu não consigo achar qual o problema de um cadeirante fazer uma matéria de rua sentado”, disse. Já Thais Altomar ponderou que

as empresas não estão preparadas para receber esses profissionais, mas que sempre buscou fazer modificações nos locais onde trabalhava como, por exemplo, quando exerceu a função de apresentadora de um telejornal. “Eu me deparei com uma situação da dificuldade da minha altura, sentada numa cadeira comum que eu não iria fazer na cadeira de rodas porque ficaria muito baixo, mas não era uma cadeira que subia. Então eu sentava em alguns livros [...] e ficava numa altura tranquila para fazer apresentação do telejornal”. Bruno Ribeiro também mencionou que as empresas não estão preparadas, que a acessibilidade está longe do ideal, mas que sempre foi atendido em suas necessidades.

Eu preciso disso, disso ou disso senão, infelizmente, vai ficar inviável. Todas as vezes que eu fiz essas requisições eu fui atendido. Acho que isso que é o mínimo, que é o necessário. Muitas vezes você não é atendido, você não consegue executar. Não consegue ter o mínimo de rendimento. (RIBEIRO, 2020)

Sobre o relacionamento na imprensa, Rosani e Thais concordaram que os jornalistas da cidade não têm problemas ao lidar com os colegas com deficiência pois, segundo elas, há uma empatia, o que vai contra nossa percepção anterior de que haveria um certo distanciamento dos colegas jornalistas nas redações e empresas que contam com setores jornalísticos. Thais explicou que sempre esteve disponível para tirar dúvidas e conversar sobre a deficiência com os jornalistas, inclusive disse que vê que o espaço da redação da TV é onde os jornalistas buscam viver e conviver bem. Rosani falou que o diálogo profissional entre os jornalistas é muito franco e os jornalistas que vão entrevistá-la sempre estão abertos a sugestões, por exemplo, na condução das gravações. Já Bruno relatou casos de discriminação que viveu durante coberturas esportivas em campo, mas que não vê isso como uma barreira. “De brincar, me chamar de cego, isso aconteceu várias vezes. [...] Há situações na vida, seja no ambiente profissional seja no ambiente pessoal que há discriminação clara e isso chateia a gente até hoje, lógico”.

Todos os jornalistas entrevistados concordaram que cada vez mais há pautas sobre deficiência sendo debatidas, indo ao encontro da nossa hipótese de que as essas pautas vêm com o passar do tempo ganhando espaço no jornalismo. Porém, Rosani e Bruno mencionaram que essas coberturas são realizadas mais constantemente em datas específicas, como Dia da Pessoa com deficiência, e que, em alguns momentos, não retratam uma realidade. “Tem muita mania de fazer pauta

com o deficiente bonitinho, que superou tudo e isso não é verdade”, citou Rosani. Thais disse que o desconhecimento sobre o assunto leva ao distanciamento. “A pessoa precisa entender porque ela precisa promover a acessibilidade [...] e parar de achar que a pessoa com deficiência tem espaços restritos para a atuação, nós queremos todos os espaços. E para isso é preciso mudar o comportamento. É preciso se envolver mais, conhecer mais”, conclui.

Percebemos, então, que as empresas de jornalismo e com setores jornalísticos precisam estar abertas para ouvirem seus profissionais com deficiência buscando espaços realmente inclusivos. Aos jornalistas, é necessário ainda modificar as abordagens de matérias que têm como temática a deficiência para que não permaneça ou haja o fortalecimento da categorização de grupos minoritários. Esperamos, assim, que a pesquisa tenha contribuído para demonstrar a importância da comunicação e da representação dada a essas pessoas com deficiência, lembrando que devemos dar voz a essas minorias representando-as como elas desejam ser representadas.

ABSTRACT

The objective of this research is, through the conversations with journalists with disabilities, understand how the representation of these people is being made into journalism and to understand whether there is inclusion of these professionals in newsrooms and companies that have communication sectors. Interviews were carried out with journalists with disabilities in the city of Juiz de Fora, Minas Gerais, Brazil, and shared through three podcast's episodes. The results showed that companies are not prepared to receive these professionals; at times, these journalists faced prejudice as they were considered unable to perform some function; there are more and more agendas on disability being debated, however, the representation given to these people does not always portray reality.

Keywords: Disabled person. Disabled journalists. Representation. Inclusion. Podcast.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

CERVELLINI, Nadir Harguiara. **A musicalidade do surdo: representação e estigma**. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas**: cidadania e informação. 1995. 218 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/. Acesso em: 10 fev. 2020.

LOPEZ, Debora Cristina. **Radiojornalismo hipermidiático**: Tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica. Beira Interior: Editora LabCom, 2010.

MARQUES, Luciana Pacheco, MARQUES, Carlos Alberto (org.). Exclusão social do deficiente: descortinando o preconceito e a discriminação. In: MARQUES, Luciana Pacheco, MARQUES, Carlos Alberto. **[Re]significando o outro**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2008, p. 9-24.

MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina; SATHLER, Luciano. **Mídia cidadã**: utopia brasileira. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

PAZ, Mônica de Sá Dantas. **Podcasting na rádioweb da faced/ufba**. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2007.

PRIMO, Alex F. T. . **Para além da emissão sonora: as interações no podcasting**. Intexto, Porto Alegre, n. 13, 2005.

OLGA, Think. Pessoas com deficiência-**Minimanual do Jornalismo Humanizado** Disponível em: thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Minimanual_Parte_II_Pessoas_com_Deficiencia.pdf. Acesso em: 13 de fevereiro de 2020.

SCORALICK, Kelly. **Mídia e Cidadania: a representação das pessoas com deficiências no telejornalismo**. 2011. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, J.; FORT, M. C.; BOLFE, J. S. Produção Audiofônica: uma análise de estilos frequentes na podosfera brasileira. In: **Radiofonias** — Revista de Estudos em Mídia Sonora, Mariana, v. 11, n. 01, p. 78-111, jan./abr. 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: Porque as notícias são como são. Vol. I. Florianópolis. 2 ed. 2005.

VIVARTA, VEET. **Manual Mídia e deficiência**. Brasília. 2003.

APÊNDICE

ROTEIROS

AUTORA	IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO/PEÇA OU PROGRAMA	TEMPO
ANA CAROLINA FELIZARDO	<p>Podcast UM OLHAR PELA INCLUSÃO</p> <p>EPISÓDIO 01 Entrevista com Thais Altomar – Chefe do Departamento de Defesa de Direitos da Prefeitura de Juiz de Fora</p>	17'28"
TRILHA EM BG		
LOC	Olá, estamos começando o Podcast	
VH Abertura do podcast – Um olhar pela inclusão	VINHETA	
LOC	<p>Eu sou Ana Carolina Felizardo, estudante do oitavo período do curso de jornalismo do Academia. E esse podcast é um projeto experimental realizado como meu trabalho de conclusão de curso. Tá começando agora o primeiro episódio desse podcast que aborda a representação e a experiência das pessoas com deficiência no jornalismo seja nas redações, nas empresas com setores jornalísticos e também como entrevistados em matérias jornalísticas. Para isso, vamos ouvir ao longo dos três episódios do podcast jornalistas com deficiência, todos da cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais.</p> <p>E hoje nós vamos conversar com Thais Altomar, que é formada em Comunicação pela Univercidade, do Rio de Janeiro. Thaís hoje é gerente do departamento de Defesa dos Direitos da Prefeitura de Juiz de Fora, é especialista em políticas públicas para a pessoa com deficiência, e dá palestras e consultoria em projetos de desenvolvimento</p>	

<p>THAIS</p>	<p>inclusivo, além de ser atuante nos movimentos sociais em defesa de direitos. Thais, obrigada por estar aqui com a gente nesse debate (/)</p> <p>(resposta Thaís)</p>
<p>LOC</p>	<p>A Thais teve poliomielite aos quatro meses de idade tendo como sequela a paralisia dos membros inferiores e, por isso, hoje anda de cadeira de rodas. Ao iniciar os estudos você já usava a cadeira de rodas, Thais?</p>
<p>1THAIS</p>	<p>(resposta Thais)</p>
<p>LOC</p>	<p>Quando você começou a usar a cadeira de rodas, você já estava na faculdade, né. Antes disso você teve alguma dificuldade na escola, em relação a preconceito?</p>
<p>THAIS</p>	<p>(resposta Thais)</p>
<p>LOC</p>	<p>E você falou da dificuldade do espaço, você teve na escola esse problema no acesso a bebedouros, salas e locais, por não ter rampas?</p>
<p>THAIS</p>	<p>(resposta Thais)</p>
<p>LOC</p>	<p>Quando você iniciou na vida profissional, quando começou a trabalhar, você teve acesso a espaços tinham uma adaptação?</p>
<p>THAIS</p>	<p>(resposta Thais)</p>
<p>LOC</p>	<p>Thais, no fazer jornalismo você teve alguma dificuldade?</p>
<p>THAIS</p>	<p>(resposta Thais)</p>
<p>LOC</p>	<p>Durante esse momento você sentiu algum preconceito por parte dos seus colegas jornalistas?</p> <p>(resposta Thais)</p>

<p>THAIS</p> <p>LOC</p>	<p>As empresas, você acha que elas estão preparadas para receber profissionais com deficiência?</p>
<p>THAIS</p> <p>LOC</p>	<p>(resposta Thais)</p> <p>Thais, no momento em que você assumiu o cargo de chefia, que você tem na Prefeitura hoje, por ser mulher e uma mulher com deficiência, você percebeu algum movimento das pessoas tirarem a sua capacidade?</p>
<p>THAIS</p> <p>LOC</p>	<p>(resposta Thais)</p> <p>Agora vamos falar um pouquinho sobre a imprensa. Como você tá à frente do departamento de defesa de direitos da prefeitura da cidade você é naturalmente procurada para dar entrevista por conta do papel que exerce. Mas você percebe que essa sua representatividade enquanto fonte no jornalismo é sempre focada nas questões relacionadas a pessoas com deficiência ou para falar sobre outros assuntos também?</p>
<p>THAIS</p> <p>LOC</p>	<p>(Resposta Thais)</p> <p>Thais pra gente finalizar esse primeiro episódio do podcast o que você sugere que poderia ser feito para que exista, definitivamente, a inclusão?</p>
<p>THAIS</p> <p>LOC</p>	<p>(resposta Thais)</p> <p>Thais, muito obrigada por participar com a gente dessa discussão.</p>
<p>THAIS</p> <p>LOC</p>	<p>(Thais despede)</p> <p>Esse foi primeiro episódio do podcast Um olhar pela inclusão. Projeto experimental realizado como conclusão de graduação em jornalismo pelo Academia desta apresentadora que também fez a produção, o roteiro e a edição do podcast, sob orientação da</p>

TRILHA DE ENCERRAMENTO	professora Kelly Scoralick. E você que tá aí escutando 'um olhar pela inclusão' obrigada pela companhia. Eu espero que com essa conversa a gente já comece a pensar e repensar sobre o que precisamos fazer para que o jornalismo e o mundo, sejam mais inclusivos. Fiquem ligados para acompanhar o próximo episódio.
-------------------------------	---

Roteiro 2

AUTORA	IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO/PEÇA OU PROGRAMA	TEMPO
ANA CAROLINA FELIZARDO	Podcast UM OLHAR PELA INCLUSÃO EPISÓDIO 01 Entrevista com Rosani Martins – Servidora Pública no Hemocentro Regional de Juiz de Fora (Hemominas)	15'19"
TRILHA EM BG		
LOC	Olá sejam bem vindos ao podscast	
VH Abertura do podcast – Um olhar pela inclusão	VINHETA	
LOC	<p>Eu sou Ana Carolina Felizardo, estudante do oitavo período do curso de jornalismo do Academia.</p> <p>E esse podcast é um projeto experimental produzido como meu trabalho de conclusão de graduação em jornalismo.</p> <p>Vamos falar de um tema muito importante e que ainda precisa ser muito debatido. A representação e a experiência das pessoas com deficiência no jornalismo, seja nas redações, nas empresas com setores jornalísticos e também como entrevistados em matérias realizadas pelo jornalismo.</p> <p>Pra conhecer um pouco mais sobre esse assunto, nós vamos conversar com jornalistas com deficiência e escolhemos profissionais da cidade de juiz de fora, em Minas Gerais, que é a cidade onde está localizado o Academia e de onde realizamos esse podcast.</p> <p>Queremos aqui não só falar da temática e da abordagem sobre a deficiência nas reportagens, mas também tentar apresentar como o mercado recebe</p>	

	<p>esses jornalistas com deficiência. E o que eles percebem que o jornalismo e as empresas ainda precisam mudar para que a gente possa tá vivendo num mundo mais inclusivo, que tenha um olhar sobre esse outro com deficiência.</p> <p>E pra começar esse segundo episódio nós convidamos Rosani Martins. Ela é pós graduada em comunicação social e Ciências da Religião e é professora de história. Rosani é formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora e atualmente é servidora pública no Hemocentro Regional de Juiz de Fora, o Hemominas.</p> <p>A Rosani nasceu com cerca de 10% da visão, o que é considerado baixa visão e aos 16 anos, ficou cega, em decorrência de um glaucoma.</p> <p>Rosani nessa idade você já tava na escola?</p> <p>(Rosani responde)</p>
<p>ROSANI</p> <p>LOC</p>	<p>E por você ter começado a estudar com 19 anos você sofreu algum tipo de preconceito?</p> <p>(Rosani responde)</p>
<p>ROSANI</p> <p>LOC</p>	<p>Você me disse que começou mais tarde, mas que começou numa turma com pessoas que tinham baixa visão ou eram cegas. Vocês tinham acesso a materiais que atendessem a sua necessidade?</p> <p>(Rosani responde)</p>
<p>ROSANI</p> <p>LOC</p>	<p>Quando você entrou no chamado ensino fundamental II, de 5ª a 8ª série você conseguiu uma escola que atendesse suas necessidades?</p> <p>(Rosani responde)</p>
<p>ROSANI</p> <p>LOC</p>	<p>Nesse período você sentiu algum tipo de preconceito?</p> <p>(Rosani responde)</p>

ROSANI	
LOC	<p>E quando você começou a trabalhar você tinha acesso a espaços e equipamentos acessíveis?</p>
ROSANI	<p>(Rosani responde)</p>
LOC	<p>Quando você entrou nas empresas não tinha acessibilidade, não havia materiais adaptados, né?</p>
ROSANI	<p>(Rosani responde)</p>
LOC	<p>Qual análise você faz sobre o trabalho, enquanto pessoa com deficiência Rosani?</p>
ROSANI	<p>(Rosani responde)</p>
LOC	<p>Você já sentiu que existiu um preconceito, em relação a capacidade de realizar suas tarefas?</p>
ROSANI	<p>(Rosani responde)</p>
LOC	<p>Como jornalista por onde você costuma se informar Rosani?</p>
ROSANI	<p>(Rosani Responde)</p>
ROSANI	<p>Como profissional do setor de captação do Hemominas, você sempre aparece como fonte nas matérias, você sente que os profissionais estão preparados para te entrevistar?</p>
LOC	<p>(Rosani Responde)</p>
ROSANI	<p>No nosso caso aqui, você está participando de uma matéria que não tem como temática a deficiência, mas você acha que essas pautas são frequentes na imprensa?</p>
LOC	<p>(Rosani responde)</p>
LOC	<p>Pra gente finalizar Rosani, o que você acha que ainda precisa mudar no jornalismo? (Rosani responde)</p>

ROSANI	
LOC	<p>Muito obrigada por participar desse podcast com a gente Rosani.</p>
LOC	<p>(Rosani despede)</p> <p>E você aí que está escutando esse podcast, já tem ideia de como pode fazer para tornar o mundo cada vez mais igualitário, incluindo todos e todas? Esse foi o segundo episódio do podcast Um Olhar Pela Inclusão. Produzido como meu trabalho de conclusão de curso de graduação em jornalismo pelo Academia desta apresentadora que também fez a produção, roteiro e edição do podcast, sob orientação da professora Kelly Scoralick. Até próximo episódio.</p>
TRILHA DE ENCERRAMENTO	

AUTORA	IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO/PEÇA OU PROGRAMA	TEMPO
ANA CAROLINA FELIZARDO	Podcast UM OLHAR PELA INCLUSÃO EPISÓDIO 03 Entrevista com Bruno Ribeiro – Repórter do GloboEsporte.com Zona da Mata	16'06"
TRILHA EM BG		
LOC	Olá, estamos começando o terceiro episódio do podcast	
VH Abertura do podcast – Um olhar pela inclusão	VINHETA	
LOC	Eu sou Ana Carolina Felizardo, estudante do oitavo período do curso de jornalismo do Academia. E esse podcast é um projeto experimental realizado como meu trabalho de conclusão de curso. Então, tá aí, agora começa o terceiro episódio desse podcast, que aborda a representação e a experiência das pessoas com deficiência no jornalismo, e hoje nós vamos conversar com o Bruno Ribeiro, jornalista formado em 2011 pela faculdade de comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora O Bruno foi produtor e repórter do extinto Programa Camisa Doze, do canal da TVE de Juiz de Fora, foi assessor de imprensa do Sport Club jf e dos jogos universitários, trabalhou na Rádio Globo de 2012 a 2014, e atualmente é repórter no globoesporte.com da zona da mata.	
LOC	O Bruno tem deficiência visual, baixa visão, né bruno?	

BRUNO	(Resposta Bruno)
LOC	Conta aqui pra gente depois de todos esses lugares que você passou, você encontrou alguma dificuldade pela deficiência?
BRUNO	(Resposta Bruno)
LOC	O que você precisa de acessibilidade pra conseguir executar suas tarefas?
BRUNO	(Resposta Bruno)
LOC	Havia acessibilidade nos locais que você já trabalhou?
BRUNO	(Resposta Bruno)
LOC	Você já passou por algum momento no jornalismo que ficou constrangido?
BRUNO	(Resposta Bruno)
LOC	Bruno você acompanha algum veículo de comunicação específico?
BRUNO	(Resposta Bruno)
LOC	Você se sente representado pelo que a mídia produz, relacionado ao assunto de pessoa com deficiência?
BRUNO	(Resposta Bruno)
LOC	Obrigada Bruno por aceitar nosso convite. A conversa foi muito produtiva. Bacana essa conversa né. E assim a gente encerra o terceiro e último episódio do podcast Um olhar pela inclusão. Espero que essa conversa com os jornalistas com deficiência, a Thais Altomar, a Rosani Martis e hoje o Bruno Ribeiro, tenha te deixado mais consciente do que ainda precisamos fazer pra tornar o mundo cada vez mais inclusivo. E como disse o Bruno, temos um longo caminho pela frente, mas o debate e as mudanças não podem parar.

TRILHA DE ENCERRAMENTO	<p>E você já sabe, o podcast Um Olhar Pela Inclusão é um projeto experimental realizado como conclusão do meu curso de graduação em jornalismo pelo Academia, sob orientação da professora Kelly Scoralick.</p> <p>Você que ta aí escutando um olhar pela inclusão, obrigada pela sua companhia e até a próxima.</p>
-------------------------------	--

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.